



No Plano Piloto 60% do total dos imóveis edificados estão com acréscimos de até 40% e no SRE/S, 99% do total de imóveis estão com acréscimos de até 40%

Começa a arrecadação do IPTU

A Secretaria de Finanças do Distrito Federal deu início ontem à distribuição, pelo correio, de 170 mil carnês do Imposto Predial e Territorial Urbano, referentes ao exercício de 1979. Segundo o Cadastro Imobiliário Fiscal, a tributação totaliza um lançamento de Cr\$ 567 milhões 384 mil 755,30, mas deste valor o governo espera uma arrecadação de apenas Cr\$ 450 milhões. Conforme o secretário Fernando Tupinambá Valente, o total da arrecadação do ano inteiro não dará sequer, para liquidar a folha de pagamento de um mês do pessoal da máquina governamental, que chega a Cr\$ 500 milhões.

Quanto à previsão de custos da Fundação Educacional este ano, o secretário disse que no setor da educação já está previsto um déficit da ordem de Cr\$ 350 a Cr\$ 400 milhões, só com pagamento de pessoal, computando-se o aumento concedido em março. «A única forma de cobrir esse déficit — continuou — será contando com uma possível excesso de arrecadação e com as transferências da União, através de créditos suplementares. Se for aprovado para o magistério o reivindicado aumento que deu origem à greve, terá que ser intensificada a arrecadação do ICM e do ISS. Teremos grandes dificuldades — comentou o secretário — para financiar mais do que foi previsto para a Fundação Educacional. Se os professores vencerem, teremos que providenciar novas fontes de financiamento, ou até aumentar de 40 para 50 por cento o lançamento do IPTU».

Toda a arrecadação do IPTU não dará para cobrir os gastos com o Serviço de Limpeza Urbana e com o Corpo de Bombeiros do DF, cuja folha de pessoal totaliza Cr\$ 155 milhões e 600 mil. A folha de pagamento dos funcionários do SLU chega a Cr\$ 105 milhões mas, além dessas despesas, os dois órgãos gastam quase o equivalente com viaturas e manutenção de equipamentos. Segundo o secretário de Finanças, a absorção do IPTU é feita quase totalmente por essas duas áreas.

O secretário declarou ainda que os critérios para cálculo do valor venal dos imóveis do Distrito Federal foram todos técnicos, mas não conforme o mercado imobiliário. «Por determinação do próprio governador, através de decreto, foi criada a avaliação administrativa». E deu exemplo de alguns impostos: no setor leste do Gama, um terreno de 275 metros, com barraco, terá uma arrecadação de Cr\$ 378,00; na Vila Buritis, em Planaltina, será cobrado um imposto de Cr\$ 90,00 por moradia, contra Cr\$ 67,00 cobrado no ano passado.

De conformidade com a legislação do Distrito Federal, são três as alíquotas do IPTU, aplicáveis sobre o valor venal do imóvel, resultado que determina o valor do imposto. Por exemplo, se o valor venal de um imóvel foi de Cr\$ 300 mil e se o imóvel é edificado, a alíquota é de um por cento e, por conseguinte, o imposto será de Cr\$ 3 mil. Todavia, se o imóvel não tem edificações, a alíquota é de três por cento, resultando um imposto de Cr\$ 9 mil. Se

o imóvel edificado é destinado exclusivamente a residência e se está ocupado por seu proprietário, a alíquota é de 0,25 por cento e, portanto, o imposto será de Cr\$ 750,00.

Aqui em Brasília, o contribuinte do IPTU poderá pagar o seu imposto em até cinco parcelas iguais, sem nenhum acréscimo, desde que o total do imposto seja superior a Cr\$ 460,28 e que as parcelas sejam iguais ou superiores a Cr\$ 230,14. Para o pagamento do IPTU, a Secretaria de Finanças fixou o seguinte calendário fiscal: até 15 de junho, com desconto de oito por cento; até 26 de junho, pagamento do imposto igual ou inferior a Cr\$ 460,28 (parcela única) ou pagamento da primeira parcela do imposto; até 26 de julho, pagamento da segunda parcela; até 27 de agosto, pagamento da terceira; até 26 de setembro, pagamento da quarta; e até 26 de outubro, pagamento da quinta parcela.

Segundo a Secretaria, o contribuinte que deixar de pagar o seu imposto nos prazos fixados estará sujeito a multas de cinco, dez e 20 por cento, de acordo com o atraso do pagamento, e ainda juros de mora de um por cento ao mês, ou fração e correção monetária.

O Cadastro Imobiliário Fiscal registrou até primeiro de janeiro 207 mil 922 imóveis. Excluídos os edifícios públicos, imóveis residenciais de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal e ainda outros imóveis com isenção reconhecida, num total de 33 mil 517, os demais, 184 mil 405 imóveis, foram tributados. Em relação ao ano de 1978 houve um acréscimo de 23 mil 652 imóveis pelo governo do Distrito Federal e de acordo com os elementos cadastrais existentes em primeiro de janeiro, os 174 mil 405 imóveis sujeitos a tributação do IPTU produziram um lançamento da ordem de Cr\$ 800 milhões.

Segundo Tupinambá Valente, «o governador Aimé Lamaison, sensível às dificuldades naturais dos habitantes dos núcleos habitacionais de menor poder aquisitivo, determinou o reestudo dos índices de valorização imobiliária e dos índices de redução já utilizados, com o propósito de baixar mais ainda a carga tributária, especialmente sobre aqueles núcleos habitacionais».

No Plano Piloto, por exemplo, 60% do total dos imóveis edificados estão com acréscimos de até 40% e em alguns casos, como no SRE/S, 99% do total de imóveis naquele setor estão com acréscimos de até 40%.

No Gama, 79% do total de imóveis edificados tiveram acréscimos de até 40%, sendo que no Setor Sul daquela cidade, 99% do total tiveram acréscimo de até 40%.

No Guará, 42% do total de imóveis estão na faixa de 10 a 40% de acréscimo e 98% do total estão com até 50% de acréscimo.

Na Vila Buritis, em Planaltina, todos os imóveis daquele setor estão na faixa de 10 a 40% de acréscimo.

No Sobradinho, 65% do total também estão na faixa de 10 a 40% de acréscimo.

Em Taguatinga, 46% do total de imóveis edificados estão com acréscimos de até 40% e 80% dos imóveis não edificados estão naquele mesma faixa.

Em Ceilândia, na QNN, 99% do total de imóveis tiveram acréscimos de até 40%.

Ainda em Ceilândia, na QNM, para os imóveis edificados, 63% do total estão com até 40% de acréscimo e para os imóveis não edificados, do mesmo setor, 99% do total tiveram acréscimos de 10 a 40%.

O lançamento do IPTU — 79 acusa ainda 69.836 imóveis tributados com a alíquota de 3%, 69.823 com a alíquota de 0,25% e 34.746 com a líquida de 1%.

Tributação

Plano Piloto, Brazlândia, Gama, Núcleo Bandeirante, Guará I e II, Planaltina, Sobradinho e Taguatinga já têm a tributação por núcleo habitacional definida.

Abaixo, a relação de cada um dos núcleos citados:

— Brasília	60.574	Cr\$ 465.072.900,00
— Brazlândia:	2.332	414.234,00
— Gama:	16.361	11.604.832,00
— N. Bandeirante:	2.152	5.169.225,00
— Guará:	13.984	21.611.224,00
— Planaltina:	4.082	819.670,00
— Sobradinho:	7.649	9.981.542,00
— Taguatinga:	67.271	52.711.125,00
Totais:	174.405	567.384.755,00

RESUMO GERAL — ACRÉSCIMOS

Imóveis Edificados	Imóveis sem Edificação
10% dototal c/acrésimos de 10 a 30%	21% na mesma faixa
46% do total c/acrésimos de 31 a 40%	36% na mesma faixa
38% do total c/acrésimos de 41 a 50%	39% na mesma faixa
3% do total c/acrésimos de 51 a 60%	3% na mesma faixa
2% do total c/acrésimos de 61 a 100%	1,5% na mesma faixa
0,4% com acréscimos acima de 100%	0,1% acima de 100%